

A ÉTICA POLÍTICA EM MAQUIAVEL

*Esp. Fany Ferreira ter Reegen**
*Prof. Dr. Pe. Francisco Evaristo Marcos***

Resumo

Na obra maquiaveliana encontra-se uma nova concepção da política, que se distancia das concepções clássica, patrística e escolástica. Suas fontes são as práticas políticas contemporâneas, e os escritos do historiador Tito Lívio. O objetivo do seu estudo é uma Itália unida. Nesta nova abordagem ganha interesse e destaque a relação entre ética e política assunto tratado especialmente na obra *O Príncipe*.

Palavras-chave

Renascimento, Itália, Maquiavel Ética, Política

Abstract

In the Machiavellian work we find is a new conception of politics, which moves away from the classical, patristic and scholastic conceptions. His sources are contemporary political practices and the writings of the historian Titus Livius. The purpose of his study is a united Italy. In this new vision great interest and highlight are given to the relationship between ethics and politics, specially treated in the work *De Principe*.

Keywords

Renaissance. Italy. Machiavelli. Ethics. Politics.

1 Introdução

São conhecidos o vigor e a profundidade do pensamento do filósofo político Maquiavel¹. Entre as suas obras, que são múltiplas e de variados

¹ Niccoló di Bernardo del Machiaveli nasceu na cidade de Florença, no dia 3 de maio de 1469. Sua vida desenvolveu sob o signo da política, a que dedicou tanto no campo teórico como no prático todos os seus esforços materiais e intelectuais. A política, como ele confessa, estava no seu sangue. Desde cedo, Maquiavel foi incentivado por seu pai a se dedicar à leitura dos autores da Antiguidade Clássica, como Virgílio e Tito Lívio. Sua juventude foi marcada pelos acontecimentos turbulentos da sua cidade natal, que fazia parte de uma Itália assolada e perturbada por disputas políticas, não somente de âmbito local, como também de forças estrangeiras, como França e Espanha, que se aproveitaram das lutas internas da Península Apeninica e da cidade de Florença para, sobretudo, aumentarem a sua influência. Conta-se que Maquiavel, aos nove anos, assistiu ao assassinato de Juliano de Médici e ao ferimento de Lourenço de Médici. O ano de 1498, que viu a execução

gêneros a *De Principe* é, de longe, a mais conhecida e analisada². As outras de cunho político não deixam se ter interesse e importância, mas não desenvolvem com a mesma clareza e pujança o núcleo do seu pensamento político, de modo especial o seu *carter* moral e ético.

O estudo, ora expresso intenta, com suporte nessa obra e, preferencialmente nela, comentar e descrever a ética política maquiaveliana, que significa uma reviravolta em comparação com a ideia não somente a clássica, mas também cristã, que, quase sem exceção, até à época da Baixa Idade Média, se baseia quase exclusivamente no pensamento, bem ou mal interpretado, de Sant'Agostinho.

2 As fontes da formação de Maquiavel como pensador político

Ao ler e refletir o pensamento político de Maquiavel, saltam aos olhos não somente o seu profundo conhecimento a respeito da história da Itália, especificamente quando da época do Império Romano, como também os vestígios de uma profícua e intensa atividade diplomática. Neste aspecto, destacou-se por intermédio de missões diplomáticas vitoriosas – umas mais, outras menos importantes - em vários estados da Península Italiana, inclusive em centros de poder nacional de grande envergadura, tais como a França e a Alemanha.

2.1 A atividade diplomática de Maquiavel

Logo após o dantesco e triste espetáculo do julgamento, da condenação e da execução na fogueira do profético Jerônimo Savanarola, na Praça da Senhoria, reinstala-se em Florença a República Livre, para alguns

de Savanarola, pode ser considerado como a entrada de Maquiavel na política, sendo ele chamado a exercer o cargo de secretário da Segunda Chancelaria da República de Florença. Em seguida ele se tornou um dos principais auxiliares do gonfaloniero vitalício Piero Soderini, sendo encarregado dos assuntos diplomáticos. Quando Soderini caiu, Maquiavel perdeu o cargo, destituído pelos novos donos do poder, até a sua anistia concedida pelo Papa Leão X, da família dos Médicis. Maquiavel esforçou-se, ao máximo, para cair nas graças dos Médicis. Quando estes caíram e a República foi reinstalada em Florença, Maquiavel, visto com desconfiança, retirou-se da vida pública. Morreu no dia 21 de junho de 1527.

² Pode-se dividir a obra de Maquiavel em três grandes setores, que facilitam e ajudam na sua vasta atividade literária: 1.- *Correspondência*, tanto particular como oficial; 2.- *obras literárias*: poesia (e.g.) a famosa obra, inacabada, *o Asno de Ouro*, prosa (*Discurso Moral*, que exorta a penitência); teatro e novelas (v.g. *Mandrágora*, em que se expõe a degradação moral e religiosa e se afirma a corrupção como inerente à natureza humana); 3.- *obras político-históricas* (e.o. *Discurso sobre a primeira década de Tito Lívio*).

uma dinastia camuflada. Suprime-se a teocracia e retoma-se o regime aristocrático. Foi aí, em 1498, que Maquiavel, com quase 30 anos de idade, foi sorteado para exercer o cargo de secretário da 2ª Chancelaria do Estado Livre da República de Florença. E, logo depois, passou a realizar, também, tarefas para a comissão dos Dez do Poder ou Dez da Guerra.

Como chanceler, Maquiavel realizou a primeira legação junto à Duquesa de Imola e Forli, onde renegociou o soldo pago pelo Governo Florentino ao “condottiere”³ Otaviano. Florença contratara o filho da Duquesa por 15 mil ducados, soma considerada exorbitante por Florença. Maquiavel teve êxito: conseguiu reduzir o soldo, como também recebeu auxílio militar da duquesa - na forma de tropas de soldados e artilharia - de grande valor na ocupação de Pisa.⁴ Desde então, o Diplomata Florentino começou a ser considerado e tratado como um hábil conciliador. Entusiasmado com o prestígio e a experiência adquiridos, escreveu o primeiro texto político *Discorso fatto a Magistrato dei Dieci sopra le cose de Pisa*.

Nuvens negras e sombrias, no entanto continuaram a se espalhar e ameaçaram empanar o brilho do cenário político florentino. Segundo relato⁵, Pisa rebelara-se mais uma vez, cortando o acesso de Florença ao mar pelo rio Arno. O rei Luis XII, de França concordara em apoiar Florença na guerra contra Pisa. As tropas mercenárias que o Monarca enviara, no entanto, não cumpriram bem o seu papel, acarretando sérios problemas ao Estado de Florença. Aqui estava uma delicada situação: expor tal reclamação ao Governo Francês e declinar a sua oferta, sem ferir a honra do rei. Os representantes, Maquiavel e Francisco della Casa, foram enviados à França, para a cidade de Nevers. Com muita maestria, os dois diplomatas resolveram a difícil tarefa. O perigo passou e, embora Florença não tenha recuperado Pisa, continua com a sua independência.

Maquiavel foi, ainda, encarregado de várias outras missões diplomáticas junto à França. Convém lembrar que Luis XII, rei de França, tinha como aliado o Papa Alexandre VI, cujo filho se chamava César Bórgia, conforme a opinião de alguns, um “condottiere” de muita bravura, político

³ “Condottiere” era - na história da Itália - chamada o senhor feudal, que tinha sob o seu absoluto controle uma milícia, que ele podia colocar à disposição de quem o quisesse ou pagasse mais. Era, então, uma espécie de capitão de soldados mercenários. Assume, também, o sentido de aventureiro.

⁴ Florença e Pisa alternaram períodos de amizade, com tempos em que a inimizade explodia em conflitos sérios, muitas vezes armados.

⁵Cf. LARIVAILLE, PAUL. **A Itália no tempo de Maquiavel**. Op. Cit., pg. 75-79

de excelente habilidade, mas, por outro lado, extremamente cruel.⁶ Com a dupla proteção de seu pai e das armas francesas, César Bórgia vinha desempenhando uma ação militar avassaladora sobre as possessões italianas.

No que concerne à situação alarmante de Florença ante o turbulento protegido de Luis XII, é esclarecedora a descrição desses acontecimentos, expressos por J.F. Duvernoy:

Florença tem medo: ela se entrega, ela cuja doutrina consiste em fugir da submissão de um senhor, de um gonfaloneiro vitalício. É verdade que ela o escolheu “democrata” na pessoa de Piero Soderini. Envia Maquiavel para junto de César Bórgia para observá-lo, medir suas forças e seus apetites. Ele de fato observa: vê em Sinigalia como César reprimiu num só golpe todos os seus antigos aliados. Ele traz de sua missão algo de muito confuso, uma vontade indomável de trabalhar para não ser conquistado, e uma admiração pela política de alto voo que ele viu em ação.”⁷

Em 1503, o perigo iminente cessou com a morte do Papa Alexandre VI e com a derrota de César Bórgia. Gravemente enfermo e sem apoio, nada mais restou ao valoroso Duque de Valentinois senão capitular. Conta-se que morreu na Espanha como “condottiere” medíocre.

A República de Florença procurou, então, evitar cair sob a autoridade do novo Pontífice Júlio II della Rovere, o qual pretendia colocar sob a jurisdição da Santa Sé todas as antigas cidades, regiões e possessões que antes pertenciam ao Ducado de Valentinois. Imediatamente, a desasossegada Senhoria envia Maquiavel para prestar ao Papa serviços de chancelaria. Durante a segunda legação a Júlio II, Maquiavel pôde avaliar de perto o poder temporal do Sumo Pontífice, além de fortemente tomar consciência de como o sentimento religioso ainda se encontrava arraigado no espírito dos homens. Essas duas realidades levam-no ao convencimento que ele descreve no seu livro *O Príncipe*:

[...] os principados eclesiásticos [...] são mantidos pela grande antiguidade que existe nas instituições da religião, as quais são tão poderosas e de tal

⁶ Cf., por exemplo, **Dicionário da Idade Média**, organizado por Henry R. Lyon. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990, pg. 56: [...] *Era totalmente inescrupuloso; a fim de proteger suas fronteiras setentrionais, assassinou o marido de sua irmã Lucrecia e casou-a com o futuro duque de Ferrara.*

⁷ DUVERNOY, J.F. **Para conhecer o pensamento de Maquiavel**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1984, pg. 37.

natureza que seus príncipes permanecem no lugar, de qualquer maneira que eles se comportam e que vivam.⁸

De fato, as tropas mercenárias, quando se batiam contra o Papa, embora dispusessem de poderio bélico suficiente para vencê-lo, rendiam-se facilmente, preferindo, assim, reverenciar o Chefe da Igreja.

A tempestade política se avolumava sobre a Itália, ameaçando o equilíbrio do poder. Em Florença, a ameaça provinha de dois poderosos vizinhos: de um lado, o Papado, do outro o Santo Império. Maquiavel, tendo agora seus dotes conciliadores reconhecidos, foi enviado à Alemanha e conseguiu, perante o Imperador Maximiano I, defender a neutralidade de Florença no conflito contra Veneza.

Em 1510, porém, a Igreja, Veneza e a Espanha declaram guerra ao Governo Francês. Havia muito tempo a França ocupava o lugar de tradicional aliada de Florença. Portanto, Maquiavel, em uma de suas últimas missões diplomáticas, conseguiu com muita habilidade e perspicácia que, mais uma vez, Florença ficasse neutra, ou seja, liberada de participar daquele conflito.

Por não ter apoiado, todavia, a Igreja na guerra contra a França, o Governo Florentino se viu em maus lençóis. Em 1512, Florença foi saqueada pelas tropas imperiais de Ferdinando II. O Papa destituiu o líder Soderini, e a família poderosa dos Médicis retornou ao poder. Era o fim das instituições democráticas da República Livre de Florença.

Aquele ano assinala, igualmente, o capítulo final da carreira política de Maquiavel. Durante os 15 anos do exílio, no reinado dos Médicis, vive na sua propriedade interiorana, trabalhando duro, sem se queixar, nem se lastimar, porque tinha prazer de trabalhar em favor de sua querida e estimada Florença. Quando já em desgraça, escreveu, no dia 10 de outubro de 1513, uma carta dirigida a seu amigo Francesco Vettori, em que afirma: “foram quinze anos dedicados a cultivar a Arte do Estado em que não dormi, nem tive folga”.⁹

Os autores, em grande parte, consideram Maquiavel como um excelente diplomata, trabalhando sempre com muito empenho, lealdade e dedicação. Suas cartas escritas na cidade francesa de Blois, quando efetuava suas últimas atividades de diplomacia na França, constituem documentos

⁸ MAQUIAVEL, Niccolo. **O Príncipe**, cap. XI.

⁹ MAQUIAVELLI, N. **Tutte Le Opere**. Firenze: Sansoni, 1992. Citado em: RODRIGO, Lidia Maria. **Maquiavel**, op. cit., p. 23.

que comprovam definitivamente a habilidade política do Pensador Florentino, que atinge alguns momentos insuperáveis. Acrescenta-se, ainda, que, no bloqueio rigoroso de Pisa, o papel de comissário desempenhado por Maquiavel foi determinante na retomada dessa cidade.

A importância da atividade diplomática na formação do pensamento político de Maquiavel é assim analisada por Bronowski e Mazlish:

o seu posto não lhe desse grande poder na definição da política, deu-lhe uma visão directa do processo político das cidades-estado italianas. E, como esses processos políticos variavam desde a oligarquia em Veneza à monarquia em Nápoles e à democracia em Florença, forneciam uma verdadeira escola de política para um observador atento.¹⁰

Foi nessa atividade diplomática que Maquiavel chegou à conclusão de que o mais importante na política é

[...] o Estado, não aquele imaginário e que nunca existiu; mas aquele que é capaz de impor a ordem! O ponto de partida e da chegada é a realidade corrente – por isto a ênfase na *verità effettuale* – ou seja: ver e examinar a realidade como ela é e não como se gostaria que fosse.¹¹

Isto se aplica à imagem que Maquiavel formou dos príncipes: nos seus contatos diretos com os detentores do poder durante tantos anos, o descobriu que

[...] o príncipe que os humanistas do Renascimento apresentavam como modelo aos governantes não passava de uma construção do espírito, de uma formulação abstrata e ideal, desvinculada de qualquer possibilidade e em contraste chocante com a realidade crua e áspera da época quinhentista. O príncipe ideal do humanismo era o símbolo de todas as virtudes humanas, expressão suprema de bondade e devoções religiosas, cultor da filosofia, amigo do povo, magnânimo e prudente – compendio, enfim, de todas as perfeições físicas, intelectuais e morais.¹²

Assim, surge um personagem viril, audaz, destemido, cuja máxima mais importante era ater-se á verdade efetiva das coisas, sem ficar pensando em repúblicas e monarquias imaginárias com seus princípios inspirados por altos ideais, longe da realidade concreta da política praticada naqueles dias – e em tempos anteriores.

¹⁰ BRONOWSKI, J. e MAZLISH, Bruce. **A Tradição Intelectual do Ocidente**. Lisboa: Edições 70, 1983, pg. 47.

¹¹ Disponível em: www.palmira.rj.net. Acesso em 25-10-2010.

¹² ESCOREL, Lauro. O Pensamento político de Maquiavel. **Humanidades. Cadernos da UnB**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981, pg. 18.

2. 2 O estudo da história

Como Maquiavel se inspirou na história, encontrando nela valiosas pistas para a ação política, manifesta-se, sobretudo, na sua obra *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. A obra caracteriza-se como um diálogo com o historiador Tito Lívio, que viveu de 58 a/C. até 12 d/C., o turbulento período que acusa o fim da era da República e o início do Império Romano.¹³ Uma das propriedades desta grandiosa obra foi, entre outras, o enfoque da história sob o ponto de vista da moral, ao fazer com que Maquiavel apontasse a República Romana como um verdadeiro modelo de sociedade, cuja *virtù* deveria servir como exemplo para os seus contemporâneos.

Os *Discorsi* são uma elaboração ideal, uma obra de educação política, uma sistematização mais refletida, uma projeção na história passada e futura das lições “das coisas do mundo”. É uma procura das razões que explicam o nascimento, a prosperidade e a decadência das nações, com o intuito de descobrir – no exemplo eminente da Roma Clássica – qual o segredo da força e da estabilidade dos Estados. Os *Discorsi* são compostos de três livros:

- 1º Livro: trata dos modos pelos quais se fundam os Estados e da organização e modalidades de Governo;
- 2º Livro: examina os processos de engrandecimento dos Estados e de conquista de novos Estados;
- 3º Livro: tece considerações sobre o crescimento e a decadência dos Estados e seus modos de transformação e uma análise da natureza das conjurações que ameaçam os detentores do poder.

Tudo o que Maquiavel exprime nestes livros é inspirado pela ideia, que se tornou para ele um axioma, de que a imitação da história antiga, e de modo peculiar a da República Romana, constitui a fonte por excelência da sabedoria política. Sob tal perspectiva, válida antes de tudo para a Península Italiana – outrora sede do núcleo do Império Romano – o que ocorrera no passado tendia inevitavelmente a se repetir no presente e no futuro. Assim sendo, o estudo da história impunha-se quase como uma condição *sine qua non* para a formulação da teoria do Estado e da descrição das qualidades dos príncipes.

¹³ Tito Lívio escreveu a monumental obra *Ab Urbe Condita – a partir da Fundação da Cidade* constando de 142 livros, dos quais 35 chegaram até nós, entre eles os dez primeiros.

Curiosamente, nessa obra, Maquiavel exprime uma altamente positiva apreciação da República, vista por ele como mais apta e equilibrada a tomar decisões e realizar o bem comum. Ao lado dela, - e aqui já se veem as linhas de *O Príncipe* - Maquiavel destaca a Monarquia como a melhor forma de se conseguir a formação do Estado na Península da Itália. Concluindo o mesmo raciocínio, rejeita a tirania e a oligarquia de que é afirmado que se trata de uma relação entre o vício e a virtude. Para Maquiavel porém, tanto as boas como as más formas de governo terão pouca duração e, por isso, defende a maneira mista, opinião que se reflete na descrição dos tipos de principados (Estados) no *O Príncipe* e na postura exigida dos príncipes.

Resumindo, pode-se afirmar que, em decorrência da leitura de autores clássicos, como Tito Lívio e Políbio¹⁴, além da recente história e da vasta experiência junto a políticos de sua época, Maquiavel chega à seguinte conclusão: O príncipe (irreal) está longe de como se vive e de como se deveria fazer, aprende antes a trabalhar em prol da própria ruína do que de sua conservação, porque um homem que queira em todo lugar parecer bom, atrai ruína entre tantos que não são bons.¹⁵

3 O Príncipe

3.1. Introdução

O Príncipe, incontestavelmente a obra mais conhecida de Maquiavel, foi publicada no ano de 1532, e é, portanto, póstuma. Antes de sua publicação impressa, já circularam algumas cópias manuscritas, que não tinham causado nenhum escândalo. Pelo contrário, Maquiavel ficou desapontado pela frieza de Lourenço de Médici em relação a sua obra que lhe foi dedicada. Outro fator que causa certa espécie foi o fato de que, na época, não foi negada à obra a licença de imprimí-la, o assim chamado "imprimatur". Parece que a postergação da impressão decorre das circunstâncias políticas de 1513 - 1527, época em que Maquiavel vivia isolado no seu exílio. Além disso, acredita-se que ele queria reservar a publicação da obra para uma conjuntura mais propícia, no intuito de

¹⁴ Historiador nascido na Grécia Antiga, viveu de 203 a.C. até 120 a. C., tomando na sua juventude parte ativa na luta dos gregos contra os romanos. Feito prisioneiro, foi levado para Roma, ficando nesta cidade 17 anos como refém. Depois do seu retorno à Grécia, voltou algumas vezes a Roma e dedicou-se à história dos acontecimentos ocorridos durante a sua vida, procurando, além do rigor científico, a valorização dos testemunhos de seus contemporâneos. Cf. Biografia y Vidas/com/biografiaenlinea acesso em 10/02/2011.

¹⁵ Cf. MAQUIAVEL, *O Príncipe*, cap. XV-XVII.

produzir um efeito maior. Só mais tarde, o cardeal Reginald Pole, 1500-1588, constatando a “maléfica influência”¹⁶ da obra sobre Oliver Cromwell, denunciou Maquiavel como um espírito satânico, defensor do despotismo e justificador de todas as arbitrariedades e violências.

Ademais, a obra e seu autor enfrentaram a oposição dos Jesuítas, que, além de queimarem a efigie de Maquiavel em Ingolstat, em 1559, convenceram o papa Paulo IV a colocar o livro no *Index*, por decreto, o que foi confirmado pelo Concílio Tridentino em 1564. A oposição ao escrito do Maquiavel, entretanto, não foi proveniente apenas dos católicos, pois também os calvinistas, como, por exemplo, Inocêncio Gentillet, que em 1576 publicou *Contre Nicolas florentin*,

[...] em que não só qualificou o escritor de *puant athéiste*, mas também denunciou suas doutrinas como instigadoras da “Noite de São Bartolomeu”, acusando-as de haver insuflado no espírito de Catarina de Médici a idéia do massacre, e de haver introduzido métodos alienígenas, isto é, italianos na política francesa.¹⁷

Embora importante no conjunto de seus escritos, a obra de Maquiavel e sua filosofia política não se restringem só ao *Príncipe*, devendo ser esse escrito visto no contexto de sua obra. Com isto, entretanto, não se pode, nem se deve negar o lugar central que este livro ocupa no conjunto da obra maquiaveliana, e é esta a razão por que, neste trabalho dedicado à análise da moral em Maquiavel, e de modo especial no *O Príncipe*, se lhe dedica um estudo especial.

3.2. A Gênese de *O Príncipe*

Segundo Vilari¹⁸, deve-se buscar o conceito de *O Príncipe* no papa Leão X, 1513-1521, que lançou a ideia de fundar um outro Estado, abrangendo Parma, Modena, Urbino e Ferrara, entregando o seu governo a Juliano de Médici. Desta forma, realizar-se-ia o grande sonho, de Maquiavel, de um grande Estado monárquico italiano, superando a sua divisão em inúmeros estados pequenos, com um poder central suficiente, tanto para unificá-la como para mantê-la unificada.

¹⁶ ESCOREL, Lauro. *O pensamento político de Maquiavel*. **Humanidades**, VII. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1984, n.º 8, p.g. 18-52.

¹⁷ ESCOREL, Lauro, op. cit., p. 19.

¹⁸ VILARI, P. **Niccolò Macchiavelli e i suoi tempi**, 3 vls. Firenze: 1877, p. 294, vol. II, citado em ESCOREL, Lauro, op. cit., p. 22.

Maquiavel, entusiasta defensor dessa ideia, se distancia dela quanto à sua realização concreta como um poder monárquico central e absoluto, baseado nos ideais da tradição cristã, e se opõe contra o príncipe ideal renascentista, “símbolo de todas as virtudes humanas, expressão suprema de bondade e devoção religiosa, cultor da filosofia, amigo do povo, magnânimo e prudente”.¹⁹ Pelo contrário, o príncipe com o qual Maquiavel sonha é um técnico político realista, plasmado nos moldes do passado, sobretudo da antiga República Romana nos seus melhores dias de glória,

[...] para o qual o importante era ater-se à *verità effettuale delle cose*. [...] O príncipe maquiavélico não emerge do pensamento do seu autor aureolado pelas virtudes da ética tradicional, como produto de uma elaboração mental utópica [...] Plasma-o, ao contrário, indutivamente, com base nos dados de sua experiência e inspirado nos exemplos da Antiguidade Clássica, investindo-o de uma lógica inexorável para a consecução de seu objetivo supremo: a conquista e a preservação do poder político absoluto.²⁰

É nesta inspiração que residem a grandiosidade e o gênio de Maquiavel, que o fizeram descobrir e penetrar a essência da ação política do homem, revelando as leis próprias e analisando, dividindo e avaliando friamente a força das paixões humanas. Foi sob esse prisma que o seu livro auferiu validade permanente.

3.3. A Estrutura do livro²¹

O livro, que consta de 26 capítulos, começa com uma carta dedicatória ao magnífico Lorenzo, filho de Piero de Médici, neto de Lorenzo o Magnífico (1449-1492). Originalmente o livro seria dedicado a outro membro da família Médici, Giuliano, filho de Lorenzo, mas este morreu em 1516.

Do primeiro ao décimo capítulo é procedida à discriminação dos vários tipos de principados. Além disso, Maquiavel desenvolveu as características e qualidades dos mencionados principados. Central está o problema da conquista do poder em geral, e, especialmente, no

¹⁹ ESCOREL, Lauro, op. cit., p. 23.

²⁰ ESCOREL, Lauro, op. cit., p. 23.

²¹ Cf. **Maquiavel e “O Príncipe”**. Grupo de Estudos de Filosofia – GEFIL. Aula I. BATISTA, Flávio Donizete. <http://flaviobatista.com.br/arquivos/0212008170447>. Acessado em 15 de agosto de 2010. BATH, Sergio. **A prática política segundo Nicolau Maquiavel**. São Paulo: Ática, 2009. CHEVALLIER, J. J. **As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982, pg. 17-48.

principado novo. Tudo é visto sob a grande perspectiva da unificação da Itália, que deve ser fundada nas conquistas e na *virtù* do governante.

Do décimo ao décimo quinto capítulo, preocupa-se em argumentar e mostrar que a base de qualquer Estado está na sua autarquia militar. Trata, de maneira especial, no capítulo 11, dos Estados eclesiásticos e como chegaram ao poder que ostentam.

A parte principal da obra é formada pelos capítulos décimo quinto até o vigésimo sexto. Aqui se trata do exame do problema do governo de um povo: como um príncipe deve conduzir-se com os seus súditos e seus aliados. Quanto à imagem do príncipe formulada por Maquiavel, merecem destaque especial os quatro conceitos por ele considerados fundamentais: *virtù*, ocasião, fortuna e necessidade. Por todos os capítulos, especialmente a partir do décimo nono, encontramos Maquiavel insiste na necessidade da reformulação da imagem tradicional do príncipe, acentuando a obrigação de ele sempre se esforçar para ter o povo ao seu lado, porque, sem o apoio do povo o príncipe não resistirá às dificuldades que sobrevirão.

Do capítulo 23 até o 25, Maquiavel, constatando porque os príncipes italianos perderam seus Estados, afirma o poder da vontade humana de domar e vencer a própria *fortuna* pela razão e pela virtude.

O último capítulo – o 26 – é uma eloquente exortação à redenção e libertação da Itália do domínio das potências estrangeiras – França, Espanha e o Império Alemão – e consiste num convite ao príncipe de ser audaz e feroz, a fim de alcançar êxito. Termina com as belas palavras de Petrarca:

Virtù contro a furore
Prenderá l'armi, e fia el combatter corto;
Che l'antico valore
Nell'italici cor non è ancor morto.²²

4 Moral e Ética na política de Maquiavel

À primeira vista pode parecer fora de propósito falar de Moral E Ética em Maquiavel. Para muitos autores, e, sobretudo para muitas pessoas no seu dia a dia, os dois conceitos significam a mesma coisa e dizem

²² *O valor tomará armas contra o furor, e que seja curto o combate, pois a coragem antiga ainda não morreu no coração dos italianos.* PETRARCA, Francesco. Rime Esparse (sem maiores referências), em: **O Príncipe**, comentado por Napoleão Bonaparte, MAQUIAVEL, texto integral; Tradução: NASSETTI, Pietro. São Paulo: Editora Martin Claret Ltda, 2009.

respeito ao comportamento humano. Por que e para que, então, fazer uma distinção? Leonardo Boff, no seu livro *Ethos Mundial*, diz o seguinte:

[...] precisamos voltar ao sentido originário da ética e da moralidade. Todas as morais, por mais diversas, nascem de um transfundo comum, que é a ética. Ética somente existe no singular, pois pertence à natureza humana, presente em cada pessoa, enquanto moral está sempre no plural, porque são distintas formas de expressão cultural e histórica da ética.²³

Um olhar sobre o sentido original da palavra *ética* pode esclarecer o seu rico e profundo sentido próprio. Na sua língua de origem, a grega, *ética* vem de *ethos*, que tem duas grafias, com letra *e* pequena ou grande, e conforme o tamanho muda o sentido. *Ethos* com letra pequena indica a morada, abrigo permanente tanto dos animais como dos humanos. Ela tem que ser construída pela atividade humana, e por isso deve ser sempre reformada, melhorada e aperfeiçoada. Assim, pode-se dizer que a ética tem por fim morar bem, e para isto constituir objetivos fundamentais e valores e princípios que norteiam a ação humana. Para os antigos, então, a ética está ligada ao bem, ou à felicidade, que devem ser perseguidos por meios que levem a esta bondade e felicidade. Estes meios eram também chamados de *ethos*, mas com *e* grande, e significam os costumes ou “o conjunto de valores e de hábitos consagrados pela tradição cultural de um povo”.²⁴

Ao dizer-se que alguém não tem ética significa a ausência nesta pessoa de princípios norteadores para sua ação, que se desenvolve, pois, de acordo com as vantagens que possa conseguir e, conseqüentemente, coerência e princípios fazem falta na sua vida. Por outro lado, quando se garante que alguém não possui moral, indica-se que esta pessoa não possui virtudes que a ajudem a “construir sua morada”, sua felicidade, e age erradamente, mentindo, roubando, explorando.

Resumindo,

[...] *moral é o conjunto de hábitos e costumes, efetivamente vivenciados por um grupo humano*. Nas culturas dos grupos humanos estão presentes hábitos e costumes considerados válidos, porque bons; bons, porque justos; justos porque contribuem para a realização dos indivíduos.

[...] *ética é a reflexão sobre a ação humana, para extrair dela o conjunto excelente de ações*. É uma ciência que tem por objeto a moral e a lei e pretende aprimorar

²³ BOFF, Leonardo. **Ethos Mundial**. Um consenso mínimo entre os humanos. S/I: Letraviva Editorial Ltda, 2000, pg. 34

²⁴ BOFF, Leonardo, op. cit., pg. 36

as “atividades realizadoras de si” desenvolvidas pelos indivíduos em busca do excelente.²⁵

4.1 A Ética maquiaveliana

Com a difusão do livro *O Príncipe*, as idéias de Nicolau Maquiavel se tornaram conhecidas, mas também, quase de imediato, foram atingidas por uma forte onda de severas críticas. A obra, que pode ser considerada como a principal de Maquiavel, foi qualificada de imoral e sem ética. Qual a razão de tão severo juízo? Ricardo Rodrigues responde a esta indagação, quando esclarece:

[...] Maquiavel simplesmente documentou verdades já conhecidas pelos homens, embora não admitidas. Tudo o que fez foi construir uma teoria política a partir da combinação de experiência concreta no trato da coisa pública, com a observação aguda do processo político, aliada ainda ao estudo da história.²⁶

Em verdade, Maquiavel faz uma análise nua e crua da prática política do seu tempo, como realmente era e não como deveria ser. Em primeira instância, está o realismo político por ele descrito como sendo a única maneira de alguém se tornar vitorioso no jogo pelo poder. Este realismo político, que não raro desprezava a moral vigente e a ética tradicional, feria em muitos aspectos os padrões escolásticos da época, baseados nos estudos teológicos agostinianos e tomistas. Esses estudos denotaram ideias que deveriam conduzir a ação política em vista da construção de uma sociedade baseada em princípios cristãos, conduzindo desta forma à construção da Cidade Justa ou de Deus sobre a terra²⁷, defendendo, neste sentido, a consecução do Bem Comum, entendido em sentido cristão. Em outras palavras, há um ideal a ser atingido e a ética, igual à prática moral, consequência dela, é julgada à luz deste ideário. Esta posição, defendida, embora com algumas pequenas diferenças pelo pensamento da Igreja Católica de então, também, se encontrava na visão

²⁵ DOS SANTOS, Antonio Raimundo. **Ética. Caminhos da realização humana.** 4 ed. São Paulo: Editora Ave Maria, 2004, pg. 11 e 15.

²⁶ RODRIGUES, Ricardo. Maquiavel e a Ética na Política, **Simposion**, Unicap, no 2, 1986, pg. 44.

²⁷ Cf. a grande corrente teológica que tem em Santo Agostinho o eu grande defensor e propagador, especialmente na sua obra *De Civitate Dei – (Sobre a Cidade de Deus)* que até o século XII-XIII foi a inspiração maior para o ideal político da Idade Média, muitas vezes apresentada como o ideal da assim chamada Cristandade. Santo Tomás de Aquino, não negando a influência agostiniana, recebe grande aporte das ideias aristotélicas, como resta claro não somente no seu pequeno tratado *De Regno*, mas também no extenso, e inacabado, comentário sobre a *Política* e a *Ética do Nicômaco*, de Aristóteles.

filosófica da política baseada na teoria platônica, com a sua cidade ideal regida pela justiça, e aristotélica, em que o ideal da felicidade está central, o que foi intensamente estudado pelos sábios da época. Em outras palavras, existem conceitos, ideias de bem e de mal que servem como paradigma para a ação humana, uma ideia a que a ação humana deve obedecer ou a qual se adaptar. São os assim chamados valores eternos, que transcendem tempo e lugar, isto é, possuem validade universal.

Como consequência da análise e descrição da política de acordo com as ideias de Maquiavel, surge o assim chamado maquiavelismo, teoria que procura ligar as ideias do Pensador de Florença a procedimentos nocivos que lembram perfídia, astúcia, crueldade e traição. E o que é pior, para alguns, estas expressões pejorativas continuam sobrevivendo no tempo e no espaço e proliferam, ainda hoje, tanto na esfera política como nas desavenças do cotidiano.

É bem verdade que, no acervo de qualidades do bom governante, aceito por Maquiavel, constavam a fraude e a mentira, a dissimulação e até mesmo a crueldade.²⁸ Isto não significa, todavia, que Maquiavel defendesse ou aconselhasse um estado turbulento, de constantes lutas contra usurpadores gananciosos, anarquicamente cruel, em que os governantes poderosos mantivessem seus súditos em regime de servidão, de tortura e perversidade.

Por outro lado, o Escritor Florentino nunca deixava de louvar a honestidade e a integridade em governantes.²⁹ Pelo estudo de fatos passados entretanto, e de outros da história de então, que havia presenciado e testemunhado, enfatizava que o político dependia de qualidades bem diversas. Fazendo distinção entre honestidade e ingenuidade, acreditava ele que praticar a honestidade sem levar em conta os efeitos prejudiciais para toda uma coletividade ou para a nação é, de fato, mera ingenuidade, defeito máximo de maus governantes.

Discorrendo, ainda, sobre integridade, Maquiavel considerava louvável o fato de que o príncipe fosse um homem íntegro e mantivesse a palavra empenhada.³⁰ Ao mesmo tempo, porém, alertava para o fato de que, conforme a necessidade, ele poderia abandonar a boa fé, desfazendo, assim, a palavra dada:

²⁸ Cf. **O Príncipe**, op. cit. cap. XVII.

²⁹ Cf. RODRIGUES, RICARDO. Maquiavel e a Ética na Política. **Symposium**, nº 2, Recife: Unicap, 1986, pg. 48.

³⁰ Cf. MAQUIAVEL, **O Príncipe**

Um príncipe prudente não deverá, pois, agir de boa fé quando, para fazê-lo precise agir contra seus interesses, e quando os motivos que o levaram a empenhar a palavra deixarem de existir.³¹

Em circunstâncias adversas, este poderia utilizar-se, igualmente, da dissimulação, porquanto os homens em geral são tolos e sempre acreditam em quem lhes faz promessas ou lhes promete benefícios. Usando uma linguagem coloquial contemporânea, “para cada bobo há sempre um esperto”.

A argumentação do Escritor Florentino sobre a crueldade reflete-se nos louvores e elogios feitos por ele ao Duque de Valentino, citado como exemplo de um autêntico e renomeado estadista:

César Bórgia era considerado cruel, mas sua crueldade impôs ordem à Romanha, unificou-a, reduzindo-a à paz e à fidelidade. Se examinarmos bem este ponto, veremos que na verdade ele foi muito mais clemente que o povo de Florença que, para fugir à reputação de cruel, permitiu a destruição de Pistoia.³²

É interessante esclarecer que a admiração de Maquiavel por César Bórgia não emergiu do fato de ser este um homem perverso e cruel. Em sua óptica, César Bórgia surgiu como um governante eficiente, destemido, sábio, capaz de comportar-se como príncipe em toda e qualquer situação.

Em virtude destas e de outras afirmações em torno do caráter político e do jogo pelo poder, Maquiavel atraiu para si muitas críticas através dos tempos. Seus conceitos e teorias foram analisados de várias maneiras e muito mal interpretados. Como expresso anteriormente, sua obra foi qualificada de imoral e sem ética. Impuseram ao Escritor a condição de advogado da política sem moralidade.

Lauro Escorel refuta esta ideia, quando diz que: “Os princípios do político florentino podem não ser cristãos, mas são éticos”.³³

Não partilhando igualmente daquela opinião que o Professor Cranston projeta o Escritor para uma dimensão contrária, quando sugere que: “O argumento de Maquiavel parece-me ser o de que apenas existe uma verdadeira moralidade, mas que por vezes o governante tem que a

³¹ MAQUIAVEL, **O Príncipe**, op. cit. cap. XVIII

³² MAQUIAVEL, **O Príncipe**, op. cit. cap. XVIII.

³³ ECSOREL, Lauro, O Pensamento Político em Maquiavel. **Cadernos da UnB. Humanidades**. Brasília: UnB, 1981, p. 36.

desrespeitar”.³⁴ Cranston propõe, ainda, que a principal razão de o Florentino ser continuamente hostilizado,

[...] é a de que ele aconselha (os governantes) a fazerem consciente e deliberadamente, o que muitos estão fazendo de modo natural, preferindo não pensar no assunto. [...] Maquiavel nunca endossou o uso da fraude para a proteção de carreiras políticas, aconselhando-a apenas para encobrir aqueles atos de Estado necessários, que violam a moralidade.³⁵

Dáí conclui-se que estes atos de Estado necessários correspondiam ao conceito maquiaveliano de “ragione di stato” e à consciência de que a política é uma atividade autônoma do Estado e no Estado, sem recurso ou associação à ética, à jurisprudência, à moralidade cristã ou pagã. Seria mais justo e claro dizer que há para Maquiavel uma mudança no conceito da ética. Ele aceita que a ação política deve ser orientada por valores, mas estes assumem caráter totalmente diferente, distanciando-se do ideal teológico, filosófico, e, sobretudo, da ideação da felicidade pessoal. Para o Secretário Florentino, o Estado é, sem dúvida, o valor mais alto além do qual não existe um limite. Para ele, a política resumia-se numa coisa: conquistar e manter o poder ou a autoridade no domínio conquistado. Portanto, a religião, a moral e outros valores que os humanistas pretendiam associar à política, nada tinham de relação com aquele ponto fundamental. Permitia-se a exceção apenas nos casos em que a religião e a moral contribuíssem para a conquista e a manutenção do poder, quando então se tornam meios para a grandeza do Estado.

É preciso não esquecer de que a razão de Estado implica um cunho social. Isto quer dizer que, embora o Estado representasse poder pessoal, prestígio e força para o governante, focalizava e visava também aos súditos, toda uma comunidade de homens para gerenciar e prover. Para Maquiavel, isto era um ponto de capital importância, visto que ele deixa transparecer nos seus escritos a opinião que considera os homens maus de nascença e índole. Por conseguinte, de nada adiantariam a boa-fé, a integridade e a honestidade do príncipe, se estas virtudes não impedissem a sua ruína, levando o Estado à fraqueza e à derrota, que tem como consequência o domínio inimigo, o qual provocaria não só a inquietação, mas também o sofrimento de toda a coletividade. Esta inquietação e o concomitante sofrimento, por sua vez, causariam a desconfiança e até a

³⁴ CRANSTON, Maurice, Política e ética. Em: KING, PRESTON, **O Estudo da Política**. Brasília: Universidade de Brasília, 1980. Citado em: RICARDO Rodrigues, **Maquiavel e a Ética na Política**, op. cit. p. 49.

³⁵ Cranston, O.C. Em: RODRIGUES, op. cit. p. 50

revolta dos cidadãos e enfraqueceriam o Estado. Por isso, o aspecto ético, para Maquiavel, está nas mais elevadas regras de grandeza de Estado, manutenção do poder, governabilidade e defesa, custe o que custar, do Estado ou do domínio do príncipe. É na história, e também nas suas aventuras diplomáticas, que Maquiavel viu estes princípios sendo praticados – para o bem do Estado e do seu príncipe e súditos -, ou negligenciados – para a sua ruína e fraqueza.

Ricardo Rodrigues aprecia e tenta justificar esta doutrina maquiaveliana, quando destaca: “É necessário, porém, perguntar desapassionadamente se Maquiavel realmente merece ser considerado “maquiavélico””.³⁶ O autor reaviva a polémica em cima de Maquiavel e chega á conclusão de que o Florentino não quis propriamente sugerir como os príncipes deveriam se comportar para que sua política se adequasse ao ideal ético da sociedade, mas apenas registrou como realmente procediam, de modo que um entre os outros não poderia se comportar diferentemente, caso quisesse se conservar no trono e não passar por ingênuo.

Vasquez é outro autor que se inclina para separar a ética da política, e declara:

Na política o indivíduo encarna uma função coletiva e a sua atuação diz respeito a um interesse comum. Na moral, pelo contrário, ainda que o coletivo esteja sempre presente, o elemento íntimo pessoal desempenha o papel importante [...] interiorizando as normas gerais e assumindo responsabilidades pessoais.³⁷

Na realidade, o fato mais notório é que, ainda nos dias de hoje, os estudiosos que procuram abordar ou elucidar o mesmo tema, ou seja, comprovar ou não a identificação da política com a moral e a ética, sempre tentam se basear nos pressupostos constantes da filosofia política do famoso Escritor Florentino.

4.2 A moral em Maquiavel

Sabe-se que vários pensadores, contemporâneos de Maquiavel escreveram, também como este, manuais da linha “Espelho dos Príncipes”³⁸, com o intuito de oferecer um norteamento comportamental para aquele que governa, pautado tão somente numa moral cristã.

³⁶ RODRIQUES, Ricardo, **Maquiavel e a Ética na política**. Op. cit., p. 43-53.

³⁷ VASQUEZ, Adolfo Sanchez. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982, pg. 77.

³⁸ É um gênero literário antigo que se espalhou sobre a Europa Medieval, com base em fontes orientais, nos séculos XII a XV.

A corrente filosófica tradicional enfatiza a tese de que a *virtù* caracterizada por qualidades morais individuais, como a justiça, devia ser completada pelas qualidades ou virtudes cristãs, como a bondade e a fé.

Ao contrário, Maquiavel prefere romper com as tendências medievais. Resolve apresentar o seu “Espelho”, com características diferentes, deixando de lado princípios de uma moral cristã. Rejeita imperativos categóricos como leis morais não relativizáveis por considerá-los belos ou atraentes como conceitos teóricos, mas ineficazes, na prática da vida pública. Estudiosos do universo maquiaveliano, como Berlin³⁹ e Skinner⁴⁰, compartilham da idéia de que essa preocupação em romper, e até mesmo denunciar a ingenuidade das teorias políticas, reflete o traço de maior originalidade de Maquiavel.

O Florentino rejeita a filosofia política tradicional, acreditando que os comentadores de sua época não haviam conseguido perceber a incompatibilidade de uma “moral cristã” que atenda à pessoa e uma “moral política” que atenda ao coletivo, no caso, o Estado.

Essa incompatibilidade reside na natureza humana, representada por homens maus, levianos, covardes e gananciosos. Na tentativa de comprovar a sua tese, Maquiavel resume seu pensamento numa frase lapidar:

[...] Seria muito louvável que um príncipe possuísse todas as qualidades consideradas boas. Não sendo isto, porém, inteiramente possível, devido às próprias condições humanas, é necessário a um príncipe aprender a não ser bom.⁴¹

Acredita Maquiavel que a história é cíclica, e que os costumes variam de região para região, de época para época. Assim sendo, como é impossível frear as paixões e os instintos humanos, os conflitos e as desordens aconteceriam indefinidamente. Continuamente estariam presentes os mesmos vícios ou as mesmas virtudes.

Para o Pensador Florentino, entretanto, cujo sonho era ver a Itália renascida como um Estado forte, como outrora o Império Romano, era fundamental acabar com a desordem, causadora de uma situação política tão caótica como a da Península Italiana do seu tempo. Realmente,

³⁹ BERLIN, Isaiah. **O Problema de Maquiavel**. Centro de Documentação Política e Relações internacionais. Textos de Aula. Brasília: UnB, s/d.

⁴⁰ SKINNER, Quentin, **Maquiavel**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

⁴¹ MAQUIAVEL. **O Príncipe**. Cap. XV.

parafrazeando Rodrigues⁴², é possível dizer que a visão histórica política dominante nesta parte da Europa expressava um exemplo significativo dessa malignidade humana: a Península dividida, a ausência de um poder central; lutas fratricidas; conflitos violentos entre pequenas nações ou principados italianos; invasões promovidas por impérios ou grandes reinos vizinhos; o poder temporal da Igreja tantas vezes se transformando em outro obstáculo. Afinal, um quadro desolador de fraqueza total e de insignificância política.

Preocupado, angustiado mesmo, com esse alarmante contexto histórico em que a Itália (inclusive Florença) se encontrava envolvida, Maquiavel fortifica, cada vez mais, a sua visão sonhadora de uma pátria forte, unida eficiente e eficaz. Nesta perspectiva, munido por um espírito empírico também realista, o Pensador Florentino assume posição ideológica, isto é, pragmática, política e, para muitos, revolucionária.

Vários intérpretes concordam com a noção de que Maquiavel, levado naturalmente por seu empirismo, toma aquela dura e cruel conjuntura política como um desafio.⁴³ Em decorrência, passa a conceber um príncipe herói; um príncipe valoroso, determinado, capaz de ir até as últimas conseqüências a fim de alcançar seus objetivos, que era – nada mais nada menos – a regeneração da República. Conforme o pensamento de Lídia Maria, “o projeto político do secretário florentino apontava, essencialmente, para a construção de um Estado forte, unificado e voltado para o bem comum”.⁴⁴

Levando em conta o contexto histórico, sobre o qual se discorreu anteriormente, pôr em prática semelhante projeto político não era tarefa simples. Daí por que o príncipe idealizado por Maquiavel deveria ser virtuoso, ou pelo menos parecer ser, e, além disso, deveria possuir muita astúcia, esperteza e sabedoria para pautar as suas ações com vistas às circunstâncias. Neste sentido, a visão do Florentino é incisiva: há vícios que são virtudes. Não tema, pois, o príncipe que deseje se manter no poder incorrer no opróbrio dos defeitos mencionados se tal for indispensável para salvar o Estado. Aconselhava, ainda, ao príncipe sábio que devia se aproveitar sempre das oportunidades (*occasione*) “aprender os meios de não ser bom e a fazer uso ou não deles, de acordo com as

⁴² Cf. RODRIGUES, Ricardo. **Maquiavel e a Ética na Política**, op. cit., p.49-52.

⁴³ Cf. por exemplo Paul Larivaille e Newton Bigotto.

⁴⁴ RODRIGO, Lídia Maria, **Maquiavel – Educação e Cidadania**, Petrópolis: Editora Vozes, 2002, pg. 31.

necessidades.”⁴⁵ De conformidade com a teoria política maquiaveliana, o príncipe poderia até praticar o mal, desde que seu ato fosse justificável, ou melhor, que resultasse num bem maior para todos: a estabilidade do Estado.

Interpretando a filosofia política de Maquiavel dentro dessa óptica, Rodrigues conclui:

É assim que a política maquiaveliana se faz autônoma. A finalidade é excelsa e imperativa, porque necessária, inevitável, originária e fundamental, é uma legitimação tão forte que pode atropelar qualquer consideração ética. O absolutismo é justificado.⁴⁶

Assumindo posicionamento tão radical, era lógico, pois, que a concepção maquiaveliana entrasse fundamentalmente em choque com a consciência moral da tradição política cristã. De fato, dos pensadores cristãos, dos liberais e dos teóricos do Estado beneficente, emerge uma contundente onda de críticas contra o Pensador Florentino. É tachado de cínico, imoral, inescrupuloso, demônio, espírito satânico, autor maldito e outros adjetivos do mesmo gênero.

Como consequência deste panorama, Maquiavel passou a ser deveras incompreendido: incompreensão que perdura até os dias atuais. Um comentarista recente já o compreendeu: “como uma das figuras mais emblemáticas, sendo odiado por muitos, amado por outros e incompreendido pela grande maioria”.⁴⁷

Considerável número de leitores desinformados, alguns deles em total ignorância a respeito das obras de Maquiavel, ainda hoje evocam a figura do Secretário Florentino ou associam o seu nome a dois termos que assumiram sentido pejorativo: maquiavélico e maquiavelismo. Nas duas acepções, dão ideia de indivíduos traiçoeiros, auspiciosos, caloteiros.

Quem de nós, por exemplo, não presenciou alguém se utilizando do termo maquiavélico para criticar ou denunciar uma pessoa desleal, corrupta que, para conseguir vantagens pessoais, sai atropelando tudo e todos, sem levar em consideração qualquer aspecto ético ou moral?

⁴⁵ MAQUIAVEL, **O príncipe**, cap. XV.

⁴⁶ RODRIGUES, Ricardo. **Maquiavel e a ética na política**. Op. cit. pg. 71.

⁴⁷ AUGUSTO, Eduardo Agostinho Arruda. **Nicolau Maquiavel. Justiça e Razão de Estado**. Faculdade Autônoma de Direito. São Paulo: dezembro de 2008.

Portanto, neste trabalho, evitou-se, de propósito o adjetivo maquiavélico, irremediavelmente distorcido por interpretação errônea, usando em seu lugar a expressão *maquiaveliana*.

Ainda, em decorrência desta atitude objetiva e desapaixonada assumida por Maquiavel, fugindo dos padrões escolásticos do seu tempo, até o século XVII, eram poucos os doutrinadores que aceitavam abertamente os seus pressupostos. E, no século XIX, desenterraram a célebre frase que lhe é igualmente atribuída: os fins justificam os meios, a qual não consta dos seus escritos; sentença cujo uso se faz geralmente isolada do contexto; unidade de ideia que jamais alguém comprovou tê-lo ouvido pronunciar. E, se realmente o Político Florentino a abordava, os fins eram tão admiráveis que não poderia ninguém deixar de o louvar.

Na Modernidade, porém, as obras do Grande Pensador passaram a ser efetivamente analisadas, discutidas e apreciadas. Atingiu-se a essência de sua filosofia política, e Maquiavel, com a imagem resgatada, aparece cintilante no universo de autores bem-sucedidos.

Atualmente comentadores de renome, de todos os cantos, se arvoraram em defensores do Autor Florentino, tecendo-lhes referências honrosas e louvores. Entre os que concordam com opiniões, conclusões e interpretações de Maquiavel, aponta-se o nome de Mounin:

Pode-se afirmar que o secretário teve honroso papel na política da época, com os meios da época, à medida da época - no seu lugar: Florença; e com as cartas que tinha em mão; as cartas florentinas que não constituíam um jogo famoso. Na história do seu tempo, Maquiavel é vencido, não um falhado.⁴⁸

E, na tentativa de defender Maquiavel contra seus adversários, Mounin acrescenta:

Maquiavel foi realmente um político que se alimentou de fatos, apaixonado por fatos, incansável na análise dos fatos [...] Pode mesmo afirmar-se um dos mais certos méritos de Maquiavel e um dos menos notados, dos menos célebres também, é a paciência incansável com que pinta com minúcia o espetáculo infinito da complexidade dos fatos. Mesmo se quase nunca estamos de acordo com ele acerca das causas e conexões, a leitura de Maquiavel é um antídoto salutar: sem disso fazer um dogma, unicamente devido ao cuidado que põe na descrição, ensina, a cada linha, que em política nada é tão simples como parece.⁴⁹

⁴⁸ MOUNIN, Georges, *Maquiavel*. Lisboa: Edições 70, 1984, p. 15.

⁴⁹ MOUNIN, Georges, *Maquiavel*, op. cit. p. 30.

Nos tempos modernos, outro doutrinador que merece igualmente ter seu nome incluído na lista dos defensores de Maquiavel, é Lauro Escorel, quando expressa:

Maquiavel não traçou, portanto, regras políticas que estivessem em contradição com o seu tempo e que passassem, desde então, a ser germes de corrupção ou incentivos ao absolutismo, como seus adversários quiseram fazer crer; limitou-se a registrar dados de fato, normas empíricas de conduta que explicaram no passado e no presente os êxitos e fracassos políticos. Ao mesmo tempo, interpretou ele as tendências políticas da época, que era o absolutismo real e o secularismo, sob cujos auspícios nascia o Estado Moderno. [...] Se alguma responsabilidade moral lhe pode ser atribuída, será a de não se ter preocupado em submeter a prática política ao crivo de um código moral meta-histórico; mas isto resulta do método indutivo-empírico que o espírito da Renascença lhe inspirou.⁵⁰

Encontra-se nos escritos de Bertrand Russel, talvez, uma das mais ardorosas e eloquentes defesas de Maquiavel contra as críticas dos anti-maquiavelistas. Suas palavras comprovam esta afirmação:

A Renascença, embora não haja produzido nenhum filósofo teórico importante, produziu um homem de suprema eminência na filosofia política, Maquiavel. É costume sentir-se a gente chocada por ele, e não há dúvida de que, às vezes, ele realmente é chocante. Mas muitos outros homens também o seriam, se fossem igualmente livres de hipocrisia. Sua filosofia política é científica e empírica, baseada em sua própria experiência dos assuntos, preocupada em declarar os meios de se chegar a determinados fins, sem se preocupar de se saber se tais meios são considerados bons ou maus. Quando, em certas ocasiões, se permite mencionar os fins que deseja, estes são de tal natureza que não podemos senão aplaudi-los. Grande parte da difamação convencional ligada ao seu nome deve-se à indignação dos hipócritas, que odeiam o franco reconhecimento das más ações. Resta, é certo, uma boa parte que realmente exige crítica, mas, nisto, ele é uma expressão de sua época. Tal honestidade intelectual a respeito da desonestidade política dificilmente teria sido possível em qualquer outra época e em qualquer outro país, exceto, talvez, na Grécia entre os homens que deviam sua educação teórica aos sofistas e seu adestramento prático às guerra de minúsculos Estados que, tanto na Grécia clássica, como na Itália da Renascença eram o acompanhamento político do gênio individual.⁵¹

⁵⁰ ESCOREL, Lauro, *Introdução ao Pensamento de Maquiavel*, op. cit. p. 20.

⁵¹ RUSSEL, Bertrand. **História da Filosofia Ocidental**. Livro Terceiro. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969, p.20.

A tendência moderna diz que não se deve simplesmente “denegrir a imagem de Maquiavel e nem tão pouco louvá-lo indiscriminadamente”.⁵² Concorde-se em gênero e, número com esta afirmação predominante nos dias atuais. Não há dúvida de que o Autor Florentino cometeu erros, mas acertou muito mais. Jamais se deve esquecer de que ele foi um produto do meio. O peixe não vive fora d’água. E, para Maquiavel, era quase impossível emergir da turbulência histórica em que viveu. O Político de Florença foi praticamente nocauteado. Seu espírito confrontou-se com um dilema de escolha: viver ou morrer. E quem preferia morrer? O que faz um homem todo dia senão lutar pela sobrevivência? O poder político era uma loteria. Para ganhar, qualquer príncipe teria de jogar. Na luta pelo poder, Maquiavel justificava o uso das armas ou da crueldade. Por outro lado, sempre dava lições ao povo para se livrar dos tiranos.⁵³

5 Considerações finais

Maquiavel, ao expor o pensamento ou ideias sobre a política, o fez de modo genial, sem se deixar aprisionar por nenhuma corrente literária ou doutrinária. Criou estilo próprio, pessoal. Como consequência, seus escritos foram analisados de maneiras diversas, inclusive mal interpretados. Nos nossos dias, ainda há alguém que não consegue interpretá-lo com clareza, coerência e plena nitidez.

Para uns, Maquiavel parece ser o protótipo do político sem escrúpulos, sem ética, que age de acordo com as circunstâncias que se lhe apresentam. Destarte é considerado um escritor e pensador nocivo, cujas ideias devem ser banidas da prática política e substituídas por uma “verdadeira” atitude ética.

Para uns, Maquiavel é considerado um elitista, ao contrário de outros, que o têm em conta como um democrata autêntico que não via outro fator capaz de sustentar a estabilidade de todo e qualquer regime senão a força e o apoio popular. E, ainda hoje, este axioma converge na política moderna, onde nenhuma autoridade se conserva no jogo do poder, quando não goza de boa reputação e grande simpatia junto ao povo.

⁵² ESCOREL, Lauro. *Introdução ao Pensamento de Maquiavel*, op. cit. p. 21.

⁵³ Biografia Niccoló Machiavelli – 1469-1527. Disponível em: www.plmito.rj.net. Acessado em 15 de dezembro de 2010.

Ainda há pessoas que o apresentam como defensor da força e do absolutismo, enquanto outras o exaltam na qualidade de conselheiro dos governantes, republicano e amigo das leis.

Não obstante todas estas controvérsias, e talvez exatamente por causa delas, a filosofia empírica e científica de Maquiavel se tornou um marco inestimável na trajetória da ciência política e universal.

Como explicar que Maquiavel porém, é um verdadeiro ponto de referência no desenvolvimento da ciência política? O fato é que, em decorrência dos ensinamentos dele, a arte da política não está mais ligada à formulação de ideais abstratos e, por muitas vezes, utópicos, de um bem comum formulado com suporte num ideal cristão, mas na observação da prática da ação política e na formulação clara dos objetivos que se intente alcançar. Também está se vendo que a ética na política não deve ser concebida e avaliada nos mesmos termos que a ética individual, com suas normas do bem e do mal. A filosofia contemporânea fundamenta-se na efetiva perseguição de eficácia, vigor patriótico, análise aguda das circunstâncias na procura do fortalecimento e conservação da pátria.

Não deve ser esquecido o fato de que, nos primeiros tempos, Maquiavel foi incompreendido por ser aquele expectador objetivo do processo político que se manifesta nos seus escritos. Na verdade, a arte política maquiaveliana sempre procurou assentar-se na verdade efetiva das coisas, ignorando a busca de como as coisas deveriam ser. Com o realismo que lhe é peculiar, o autor florentino pretendia apenas ensinar ao príncipe a fugir do imaginário, recusando imagens idealizadas pela natureza humana, mas irreais e que nunca existiram. Para evitar a ruína e tornar-se vitorioso, o detentor do poder deveria se fixar no real e considerar os homens como eles realmente são.

Desempenhando o papel de mestre dos príncipes, legou à contemporaneidade um dos seus mais relevantes ensinamentos. O caminho para o governante se tornar eficaz e também responsável é basear seus empreendimentos em informação correta, previsão de futuros imprevisos, diagnóstico oportuno, cálculo exato dos resultados previsíveis, tomada de decisão na hora certa e muita sabedoria.

Pretendendo dar conselhos aos príncipes, prestou um excelente serviço à humanidade. Aconselhou a prudência para todas as gerações. Sendo cauteloso, o homem procura logo a cura de seus males, em vez de tomar providências tardias, muitas vezes sem chances de remediá-los.

Ensinou a todos a ver além das aparências e descobrir o essencial, aquilo que fica escondido sob os bastidores do teatro da vida.

Evitar sempre a neutralidade e a dubiedade foi outra importante lição. A pessoa que não assume corajosamente sua verdadeira posição não inspira credibilidade e jamais conseguirá a confiança, a lealdade e a afeição de outrem.

Conclamou Maquiavel as gerações a não se deixarem abater diante das crises ou dos momentos de infortúnio. Ao contrário, é preciso lutar sempre pelas suas convicções e acreditar firmemente que vencer sem luta é triunfar sem glória.

Após a divulgação de sua obra mais importante *O Príncipe*, Maquiavel teve suas reflexões políticas muito mal interpretadas, conforme já expressei. E esta incompreensão perdura por séculos, até os dias atuais. Basta que se procure num dicionário o significado do vocábulo *maquiavélico*, e logo se encontra como sinônimo deste termo, "indivíduo que age com astúcia, perfídia ou malvadeza". Interpretações dessa natureza nada têm de verdadeiro. Sempre são resultantes de leigos desinformados ou mesmo acadêmicos que não efetuam uma análise mais atenta e cuidadosa sobre as posições políticas de Maquiavel. E, destarte, não atingem a profundidade do complexo ideário maquiaveliano. Nesta perspectiva, acredita-se que a maior ofensa que se possa cometer contra o Notável Escritor Florentino é essa herança maldita em torno de seu nome.

O Príncipe é, na atualidade, um dos livros mais polêmicos e mais lidos do mundo. Sem qualquer dúvida, um verdadeiro *best-seller*. Contém subsídios para todo e qualquer leitor que queira se aprofundar no conhecimento das regras e artifícios da arte de governar. Considerado como um verdadeiro breviário sobre política, tornou-se livro de cabeceira para vários governantes. Determinar o fim da influência doutrinária medieval sobre a investigação política contemporânea foi sua importância fundamental.

Apesar do seu intenso vigor patriótico, o Diplomata Florentino morreu sem presenciar a realização do seu sonho maior: ver sua pátria - a Itália renascentista - cintilando no panorama das nações fortes, unidas, estáveis e desenvolvidas. E porém, por meio das páginas de *O Príncipe*, transmitiu um admirável cabedal de conhecimentos sobre a lógica que rege a conquista e a manutenção do poder.

Por tudo o que se abordou neste trabalho, acredita-se firmemente que, com justa razão, Maquiavel merece o cognome de “pai da ciência política moderna”.

Referências Bibliográficas

AUGUSTO, Eduardo Agostinho Arruda. *Nicolau Maquiavel. Justiça e razão de Estado*. São Paulo: s/Ed, dezembro de 2008.

BATISTA, Flávio Donizete. *Maquiavel e “O Príncipe”*. Disponível em: <http://flaviobatista.com.br/arquivos/0212008170447>. Acessado em 25 de outubro de 2010.

BELLOZO, Edson. *Maquiavel e as origens do pensamento político moderno*. Disponível em: www.miniweb.com.br/ciencias/artigos/maquiavel. Acesso: em 15-09-2010.

BERLIN, Isaiah. *O Problema de Maquiavel*. Textos de Aula. Centro de Documentação Política e Relações Internacionais. Brasília: UnB, s/d.

BIRARDI, A. e Castelani, G. R. *Desmistificando Maquiavel*. Ensaio acerca de sua história, obras e conceitos. Disponível em: <http://www.klepsidra.net.klepsidra4/maquiavel.htn>. Acessado em 18/09/2010.

BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel Republicano*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

BRONOWSKI, J. e MAZLISH, Bruce. *A Tradição Intelectual do Ocidente*. Lisboa: Edições 70, 1983.

CAILLÉ, Alain, LAZZERI Christian, SENELLART Michel (organizadores). *História argumentada da Filosofia Moral e Política*. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2003.

BARROS, Vinicius Soares de Campos. *10 lições sobre Maquiavel*. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

FRANCO, Afonso Arinos de Mello. O Pensamento político na Renascença. *Cadernos da UnB. Humanidades*. Brasília: UnB, 1980, p. 19-27.

DUVERNOY, J.F.. *Para conhecer o pensamento de Maquiavel*. Porto Alegre: L&PM Editores Ltda., 1984.

SCOREL, Lauro. *Introdução ao pensamento político de Maquiavel*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979.

_____. O Pensamento político de Maquiavel. *Cadernos da UnB. Humanidades*. Brasília: UnB, 1981, p. 18-52

GREGORIO, Fernando César. *Aplicando Maquiavel no dia a dia*. São Paulo: Madras Editora Ltda., 2008.

GRUPPI, Luciano. *Tudo começou com Maquiavel*. Porto Alegre: L & PM Editores, 1988.

LARIVAILLE, Paul. *A Itália no tempo de Maquiavel (Florença e Roma)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MAQUIAVEL, *O Príncipe. Comentado por Napoleão Bonaparte*. Tradução: Pietro Nasseti. São Paulo: Editora Martin Claret Ltda., 2009.

MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1992.

MOREIRA, Marcilio Marques. *O Pensamento Político de Maquiavel*. Textos de aula. Brasília: Centro de Documentação Política e Relações Internacionais, s.d.

MOUNIN, Georges. *Maquiavel*. Lisboa: Edições 70, 1984.

REALE, Giovanni e ANTISERI Dario. *História da Filosofia*. Do Humanismo a Descartes. São Paulo: Paulus, 2004.

RODRIGO, Lúcia Maria. *Maquiavel*. Educação e Cidadania. Petrópolis, Editora Vozes, 2002.

RODRIGUES, Ricardo. *Maquiavel e a Ética na Política*. Symposium, nº2, Recife: Unicap, 1986, p. 43-53.

RODRIGUES, Ruy Martinho. *Príncipe, Lobo e Homem Comum (Análise das Idéias de Maquiavel, Hobbes e Locke)*. Fortaleza: UFC, 1997.

RUSSELL, Bertrand. *História da Filosofia Ocidental*. Livro Terceiro. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

SANTOS, Vivian Matias dos. Niccolo Machiavelli: moralista ou intelectual orgânico. Em: *Mediações*, v.12, n.2 p. 175-187, jul/dez. 2007.

SKINNER, Quentin, *Maquiavel*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

STRATHERN, Paul. *Maquiavel (em 90 minutos)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

WEBER, Hingo. *O príncipe & Maquiavel sem ideologias*. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

SADEK, Maria. Nicolau Maquiavel, o cidadão sem Fortuna e o intelectual de virtù. Em: WEFFORT, Francisco C. (org.). *Os clássicos da Política*. 4 edição, São Paulo: Editora Ática, 2003.

WEFFORT, Francisco C. (org.), *Os clássicos da Política*, 4 edição. São Paulo: Ática, 2003.

**Esp. Fany Ferreira ter Reegen*

Licenciada em Filosofia e História pela Faculdade de Filosofia do Ceará e.
Especialista em Gestão Pública pela Universidade Vale do Acaraú.

***Prof. Dr. Pe. Francisco Evaristo Marcos*

Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana